

## **RELATÓRIO DE GESTÃO RELATIVO AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2007 CONTAS INDIVIDUAIS**

A REN SGPS, S.A. registou no primeiro semestre, nas suas contas individuais, um resultado líquido de 51,1 milhões de euros.

Para este resultado contribuíram as equivalências patrimoniais dos resultados das empresas participadas das áreas da electricidade em 31,3 milhões de euros (61,3%) e do gás em 19,5 milhões de euros (38,2%) e outras em 271 mil euros (0,5%).

A comparabilidade dos valores apresentados nas demonstrações financeiras para os dois períodos homólogos, está prejudicada por o valor respeitante ao período de 2006 não incluir a equivalência patrimonial do negócio do gás, cuja inclusão nas contas da SGPS só foi efectuada no último trimestre de 2006, e porque as contas expressam todos os movimentos contabilísticos da actividade de electricidade dado que em 2006 era a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. a detentora das participações. Só a 5 de Janeiro de 2007 se promoveu a transferência dos activos da electricidade para uma nova empresa.

A dívida líquida ascendia, em 30 de Junho, a 143 milhões de euros, tendo contribuído para este montante da dívida o pagamento do dividendo de 97 milhões de euros respeitante ao exercício de 2006 e o pagamento do imposto sobre o rendimento apurado no exercício de 2006.

### **Eventos subsequentes com relevância nas contas de 2007**

As contas do primeiro semestre não reflectem ainda o resultado da arbitragem do diferendo com o grupo Amorim, que deu razão à REN. A REN cautelarmente constituiu uma provisão em 2006 no montante de 40,6 M€, que se mantém nas contas do primeiro semestre de 2007.

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

**Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Individuais  
em 30 de Junho de 2007 elaboradas de acordo com as normas POC  
(Montantes expressos em milhares de euros - mEuros)**

**BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2007**

Un: Mil euros

ACTIVO		Exercícios			
		30.06.2007		31.12.2006	
Notas		AB	AA	AL	AL
	<b>IMOBILIZADO:</b>				
03.a./10.	Imobilizações incorpóreas:				
	Despesas de instalação				78
	Propriedade industrial e outros direitos				78
					<u>78</u>
03.b./10./12./13./14./15.	Imobilizações corpóreas:				
	Terrenos e recursos naturais				1 921
	Edifícios e outras construções				29 483
	Equipamento básico				1 586 715
	Equipamento de transporte				1 581
	Ferramentas e utensílios				387
	Equipamento administrativo	40		40	4 844
03.e./03.f.	Outras imobilizações corpóreas				535
	Imobilizações em curso				135 985
		40		40	<u>1 761 451</u>
03.k./10./16./48.f.	Investimentos financeiros				
	Partes de capital em empresas do grupo	1 149 867		1 149 867	511 997
	Partes de capital em empresas associadas				
		<u>1 149 867</u>		<u>1 149 867</u>	<u>511 997</u>
	<b>CIRCULANTE:</b>				
03.c.	Existências:				
	Matérias primas, subsid. e consumo				945
	Produtos e trabalhos em curso				
					<u>945</u>
48.e.	Dívidas de Terceiros - Médio e longo prazo				155
	Outros devedores				155
					<u>155</u>
03.d.	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
	Cientes c/c				262 734
	Empresas do grupo	19 489		19 489	18 330
48.d.	Estado e outros entes públicos	117		117	24 817
23./25./48.b.	Outros devedores				55 173
		<u>19 606</u>		<u>19 606</u>	<u>361 054</u>
	Depósitos bancários e caixa:				
	Depósitos bancários	10		10	1 040
	Caixa				1
		<u>10</u>		<u>10</u>	<u>1 041</u>
48.a.	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
	Acréscimos de proveitos	734		734	688 121
	Custos diferidos	5 389		5 389	18 147
		<u>6 123</u>		<u>6 123</u>	<u>706 268</u>
	Total de Amortizações				
	Total de Ajustamentos				
	<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<u>1 175 646</u>		<u>1 175 646</u>	<u>3 342 989</u>

Un: Mil euros

**CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO**

		Exercícios	
Notas		30.06.2007	31.12.2006
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
36.	Capital	534 000	534 000
	Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	389	389
<b>Reservas</b>			
40.a.	Reservas legais	61 137	33 634
	Outras reservas	83 993	
40.b.	Resultados transitados	252 819	
	Subtotal	932 338	568 023
40.	Resultado líquido do exercício	51 072	550 051
40.a.	Dividendos antecipados		-87 000
	<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>983 410</b>	<b>1 031 074</b>
<b>PASSIVO:</b>			
34.	Provisões		
	Outras provisões	40 670	69 716
		40 670	69 716
<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:</b>			
	Dívidas a instituições de crédito		259 500
	Outros credores		990
			260 490
03.d.	<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>		
	Dívidas a instituições de crédito	18	1 157 142
	Fornecedores c/c	1 728	314 614
	Fornecedores de imobilizado c/c	28	73 024
48.d.	Estado e outros entes públicos	406	48 691
48.b.	Outros credores	143 035	6 799
		145 215	1 600 270
48.a.	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>		
	Acréscimos de custos		44 841
	Proveitos diferidos	6 351	336 598
		6 351	381 439
	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>192 236</b>	<b>2 311 915</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>1 175 646</b>	<b>3 342 989</b>

**Demonstração individual dos resultados por naturezas  
em 30 de Junho de 2007**

Un: mil euros

	Periodo			
	30.06.2007		30.06.2006	
<b>Custos e perdas</b>				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Electricidade			1 381 334	
Materiais			120	1 381 454
Fornecimentos e serviços externos		644		10 908
Custos com o pessoal:				
Remunerações	265		10 410	
Encargos sociais:				
Pensões			899	
Outros	34	299	4 941	16 250
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo		0	43 434	
Ajustamentos				
Provisões			697	44 131
Impostos	0		656	
Outros custos e perdas operacionais	31	31	15 057	15 713
(A)		974		1 468 456
Perdas em empresas do grupo e associadas	16		80	
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas do grupo				
Outros	0	16	19 298	19 378
(C)		990		1 487 834
Custos e perdas extraordinários		50		1 211
(E)		1 040		1 489 045
Imposto sobre o rendimento do exercício		-13		16 229
(G)		1 028		1 505 274
Resultado líquido do exercício		51 072		83 872
		52 100		1 589 146
<b>Proveitos e ganhos</b>				
Vendas:				
Electricidade			1 478 176	
Materiais				
Prestações de serviços			405	1 478 581
Variação da produção				
Trabalhos para a própria empresa				6 982
Proveitos suplementares	0		605	
Outros proveitos e ganhos operacionais			58 918	59 523
(B)		0		1 545 086
Ganhos em empresas do grupo e associadas	51 107		22	
Rendimentos de participações de capital			40 670	
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
Relativos a empresas do grupo				
Outros			152	
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas do grupo	679			
Outros		51 786	46	40 890
(D)		51 787		1 585 976
Proveitos e ganhos extraordinários		313		3 170
(F)		52 100		1 589 146
<b>Resumo:</b>				
Resultados operacionais: (B)-(A) =		-974		76 630
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =		51 770		21 512
Resultados correntes: (D) - (C) =		50 796		98 142
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		51 059		100 101
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =		51 072		83 872

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Un.mil euros

	Exercício	
	2007	2006
Vendas e prestações de serviços		1 478 581
Custo das vendas e prestações de serviços		-1 387 325
Resultados brutos	0	91 256
Outros proveitos e ganhos operacionais	52 099	1
Custos de distribuição		-1 798
Custos administrativos	-993	-10 417
Outros custos e perdas operacionais	-47	-401
Resultados operacionais	51 059	78 640
Custo líquido de financiamento		-19 209
Ganhos (perdas) em filiais e associadas		0
Ganhos (perdas) em outros investimentos		40 670
Resultados correntes	51 059	100 101
Impostos sobre os resultados correntes	13	-16 229
Resultados correntes após impostos	51 072	83 872
Resultados extraordinários		
Imposto sobre os resultados extraordinários		
Resultados líquidos	51 072	83 872
Resultados por acção (euros)	0,10	0,16

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

Unidade: mil Euros

	30.06.2007	30.06.2006	
<b>Actividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes			1 499 464
Pagamentos a fornecedores			(1 392 174)
Pagamentos ao pessoal	(265)		(17 463)
Fluxos gerados pelas operações	(265)		89 827
Pagamento do imposto s/rendimento	(43 968)		(155)
Outros recebimentos relativos à activ.operacional			90 194
Outros pagamentos relativos à activ.operacional	(1 798)		(17 252)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	(46 031)		162 613
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias			918
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias			(696)
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>(46 031)</b>	<b>162 835</b>
<b>Actividades de investimento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			152
Imobilizações corpóreas			165
Subsídios de investimento			1 677
Dividendos	0		1 995
Transferência de descoberto bancário - REN-Rede Electrica Nacional,S.A.	31 402	31 402	
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros			0
Imobilizações corpóreas	(12)		(115 919)
Imobilizações incorpóreas			
Transferência de caixa e equiv-al-Ren-Rede Electrica Nacional, S.A	(1 001)	(1 013)	0
			(115 919)
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>30 389</b>	<b>(113 925)</b>
<b>Actividades de financiamento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos			6 309 905
Juros e proveitos similares		0	6 309 905
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	143 035		(6 265 750)
Juros e custos similares			(24 702)
Dividendos	(97 000)	46 035	(66 395)
			(6 356 847)
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>46 035</b>	<b>(46 941)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		30 393	1 969
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	(30 401)		(22 273)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	(8)		(20 304)
<b>DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E S/ EQUIVALENTES</b>			
Numerário			18
Dep. bancários imediatam. mobilizáv. e equiv. a caixa	(18)		(21 962)
Descobertos bancários	(18)		(21 962)
Outras diponibilidades	10		1 640
<b>Diponibilidades constantes do Balanço</b>	<b>(8)</b>		<b>(20 304)</b>

## 00 - Introdução

### a) Objecto e detentores do capital

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. resulta da transformação realizada em 5 de Janeiro de 2007, por escritura pública, da REN- Rede Eléctrica Nacional, S.A. numa sociedade gestora de participações sociais.

O capital social da REN é de 534 000 000 euros, representado por 534 000 000 acções, com o valor de 1 euros, cada uma, sendo detido, em 30 de Junho de 2007, pelos seguintes Accionistas:

Accionista	N.º de acções	Participação
Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A.	267 005 340	50%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	106 794 660	20%
EDP- Energias de Portugal, S.A.	53 400 000	10%
Logoenergia, SGPS, S.A.	26 700 000	5%
Gestmin, SGPS, S.A.	26 700 000	5%
OLIREN, SGPS, S.A.	26 700 000	5%
Red Eléctrica de España, S.A.	26 700 000	5%
Total	534 000 000	100%

### b) Regime de concessão de exploração da RNT

A concessão da exploração da RNT foi atribuída à REN pelo D.L. 182/95 de 27/07/95 - art.º 64, tendo o respectivo contrato com o Estado Português sido celebrado em 6 de Setembro de 2000. A concessão tem a duração de 50 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato.

### c) Regime de preços de compra de energia eléctrica

As compras de energia eléctrica são efectuadas maioritariamente à EDP Gestão da Produção de Energia, S.A., à Tejo Energia, S.A., e à Turbogás – Produtora Energética, S.A., cujos preços de facturação são estabelecidos nos termos dos Contratos de Aquisição de Energia, assinados com aquelas empresas para cada centro electroprodutor, prevendo um sistema de remuneração misto com parcela fixa, correspondendo a pagamento indexado à disponibilidade de potência verificada, e parcela variável, associada à remuneração dos encargos variáveis de produção de energia. Estes Contratos de Aquisição de Energia foram estabelecidos de acordo com o Decreto-Lei n.º 183/95 de 27 de Julho.

As condições de aquisição de energia eléctrica a terceiros são estabelecidas pelos Decretos-Lei n.º 189/88, de 27 de Maio (na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-



Lei n.º 313/95, de 24 de Novembro, n.º 168/99, de 18 de Maio e n.º 538/99, de 13 de Dezembro) e n.º 186/95, de 27 de Julho.

#### **d) Regime de preços de venda de energia eléctrica**

As tarifas e preços para a energia eléctrica obedecem aos princípios estabelecidos no Decreto-Lei n.º 182/95, de 27 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 69/2002, de 25 de Março, nos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) aprovados pelo Decreto-Lei n.º 97/2002, de 12 de Abril, no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 187/95, de 27 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 44/97, de 20 de Fevereiro, no Regulamento de Relações Comerciais e no Regulamento Tarifário.

As tarifas e preços aplicados em 2006 foram objecto do Despacho n.º 25 901-A/2005 (2ª série) do Conselho de Administração da ERSE, publicado no suplemento do Diário da República de 15 de Dezembro de 2005.

#### **e) Investimentos financeiros**

##### **I. RENTELECOM – Comunicações, S.A.**

Constituída ao abrigo do Despacho n.º 128/2001, de 22 de Outubro, do Senhor Ministro da Economia, e por escritura pública lavrada em 7 de Dezembro de 2001, a empresa iniciou a sua actividade em 1 de Janeiro de 2002, tendo por objecto o estabelecimento, a gestão e a exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de comunicações, bem como o exercício de quaisquer actividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.

O capital social da RENTELECOM é de 100 000 euros, representado por 20 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada uma, o qual, em 30 de Junho de 2007, era detido na sua totalidade pela REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

##### **II. OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.A.**

Constituída ao abrigo do Despacho n.º 360/ME/2003, de 6 de Junho, do Senhor Ministro da Economia, e por escritura pública lavrada em 16 de Junho de 2003, a empresa iniciou a sua actividade em 10 de Dezembro de 2003,

tendo por objecto a organização e gestão de um sistema de suporte para a realização de transacções e liquidações no âmbito do Mercado Ibérico de Energia, competindo-lhe, nomeadamente:

- a) a gestão do mercado organizado de contratação de energia a prazo;
- b) a intermediação dos agentes para efeitos de relacionamento comercial no âmbito do Mercado Ibérico de Electricidade;
- c) a gestão de outros mercados de produtos de base energética;
- d) a prestação de serviços de liquidação no âmbito dos mercados organizados de energia;
- e) a prestação de serviços de liquidação para transacções padronizadas em mercados não organizados de energia;
- f) a prestação de serviços de organização de mercados no âmbito da operação do sistema eléctrico.

A sociedade pode ainda exercer quaisquer actividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participação em sociedades, assim como participar noutras sociedades, de objecto igual ou diferente do seu, mesmo que regidas por leis especiais, bem como em agrupamentos complementares de empresas.

O capital social da OMIP é de 2 222 220 euros, representado por 222 222 acções com o valor nominal de 10 euros cada uma, o qual, em 30 de Junho de 2007, era detido em 90% pela REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A e em 10% pela Omel – *Compañia Operadora del Mercado Español de Electricidad, S.A.*

### **III REN –Gasodutos,S.A**

Foi constituída em cumprimento do determinado pelo Governo na Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2006, publicada no Diário da República n.º 125, série B, de 30 de Junho, por escritura celebrada em 26 de Setembro de 2006.

O seu objecto social é o transporte de gás natural em alta pressão e a gestão técnica global do Sistema Nacional de Gás Natural, tendo em vista a segurança e a continuidade do abastecimento de gás natural no território do continente.

Cabe, em especial, à sociedade proceder à gestão e exploração da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural, compreendendo o transporte de gás

natural, o planeamento, a construção, a manutenção e a operação das infra-estruturas e instalações necessárias para o efeito, de acordo com a lei e a concessão de serviço público de que é titular, bem como quaisquer outras actividades correlacionadas.

O capital social da REN – Gasodutos, S.A. é de 404 931 169,86 euros , representado por 404 931 169 acções com o valor nominal de um euro cada uma. Em 30 de Junho de 2007 a totalidade do capital era detida pela REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A..

#### **IV REN –Armazenagem, S.A.**

Foi constituída em cumprimento do determinado pelo Governo na Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2006, publicada no Diário da República n.º 125, série B, de 30 de Junho, por escritura celebrada em 26 de Setembro de 2006.

Tem por objecto social o armazenamento subterrâneo de gás natural e a construção, exploração e manutenção das infra-estruturas e instalações necessárias para o efeito, de acordo com a lei e a concessão de serviço público de que é titular, bem como quaisquer outras actividades correlacionadas.

O capital social da REN – Armazenagem, S.A. é de 76 385 561,71 euros, representado por 76 385 561 acções com o valor nominal de um euro cada uma. Em 30 de Junho de 2007 a totalidade do capital era detida pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A..

#### **V REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.**

A empresa foi constituída em 14 de Abril de 1999. Por escritura celebrada em 26 de Setembro de 2006, foi alterada a sua denominação social para REN – Atlântico, Terminal de GNL, S.A.

O seu objecto social é a recepção, o armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) em terminal oceânico de GNL, e a construção, exploração e manutenção das infra-estruturas e instalações necessárias para o

efeito, de acordo com a lei e a concessão de serviço público de que é titular, bem como quaisquer outras actividades correlacionadas.

O capital social é de 13 000 000 euros, representado por 13 milhões de acções com valor nominal de um euro cada uma. O capital, em 30 de Junho de 2007, era detido na sua totalidade pela REN- Redes Energéticas Nacionais, SGPS,S.A..

## **VI REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.**

Foi constituída por escritura celebrada em 26 de Setembro de 2006, tendo sido aumentado o seu capital social em 5 de Janeiro de 2007 por transferência dos activos e passivos respeitantes à concessão da exploração da Rede Nacional de Transporte de Electricidade em Muito Alta Tensão (RNT).

Tem por objecto o transporte de electricidade e a gestão técnica global do Sistema Eléctrico Nacional, tendo em vista a segurança e a continuidade do abastecimento de electricidade no território do continente e proceder à gestão e exploração da Rede Nacional de Transporte de Electricidade, compreendendo o transporte de electricidade, o planeamento, a construção, a manutenção e a operação das infraestruturas e instalações necessárias para o efeito, de acordo com a lei e a concessão do serviço público de que é titular.

O capital social é de 586 758 994 euros, representado por 586 758 994 acções com o valor nominal de um euro cada uma. O capital, em 30 de Junho de 2007, era detido na sua totalidade pela REN- Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A..

### **f) Indicações gerais**

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade Português (POC). As notas omitidas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

#### **01 - Princípios Contabilísticos**

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios, critérios e métodos enunciados no Plano Oficial de Contabilidade, ou seja, foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas, e na base da continuidade das operações da Empresa,

de harmonia com os princípios contabilísticos da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

## 02 – Comparabilidade

Os valores apresentados na coluna relativa ao período de 2006 não são comparáveis com os apresentados para o período de 2007 dado que os valores de 2006 incluem os montantes relativos ao negócio concessionado do transporte e da gestão global do Sistema Eléctrico, cujos saldo foram transferidos para a REN- Rede Eléctrica Nacional, S.A., em 5 de Janeiro de 2007.

Os activos e passivos transferidos para a REN- Rede Eléctrica Nacional, S.A., foram os constantes do quadro seguinte:

ACTIVOS	AB	AA	AL	PASSIVOS	
<b>IMOBILIZADO:</b>					
Imobilizações incorpóreas:				<b>PASSIVO:</b>	
Despesas de instalação	32	32		Provisões:	
Propriedade Industrial e outros direitos	87	10	77	Outras provisões	29 046
	<u>119</u>	<u>42</u>	<u>77</u>		
Imobilizações corpóreas:				Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:	
Terrenos e recursos naturais	1 921		1 921	Dívidas a instituições de crédito	259 500
Edifícios e outras construções	52 555	23 072	29 483	Outros credores	<u>990</u>
Equipamento básico	3 314 840	1 728 126	1 586 714		<u>260 490</u>
Equipamento de transporte	4 057	2 476	1 582	Dívidas a terceiros - Curto prazo:	
Ferramentas e utensílios	2 269	1 882	387	Dívidas a instituições de crédito	1 157 142
Equipamento administrativo	19 810	14 966	4 844	Fornecedores, c/c	314 614
Diferenças de câmbio				Fornecedores de imobilizado, c/c	73 024
Outras imobilizações corpóreas	570	35	535	Estado e outros entes públicos	4 410
Imobilizações em curso	135 985		135 985	Outros credores	<u>6 749</u>
	<u>3 532 008</u>	<u>1 770 557</u>	<u>1 761 451</u>		<u>1 555 938</u>
<b>CIRCULANTE:</b>				<b>Acréscimos e diferimentos:</b>	
Existências:				Acréscimos de custos	44 842
Matérias - primas, subsid. e de consumo	945		945	Proveitos diferidos	<u>330 248</u>
	<u>945</u>		<u>945</u>		<u>375 089</u>
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:					
Outros devedores	155		155		
	<u>155</u>		<u>155</u>		
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, c/c	262 734		262 734		
Estado e outros entes públicos	24 817		24 817		
Outros devedores	56 001	828	55 173		
	<u>343 552</u>	<u>828</u>	<u>342 724</u>		
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	1 040		1 040		
Caixa	1		1		
	<u>1 041</u>		<u>1 041</u>		
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	688 121		688 121		
Custos diferidos	12 758		12 758		
	<u>700 879</u>		<u>700 879</u>		
Total de amortizações		1 770 598		<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>	<u>2 220 563</u>
Total de ajustamentos		828		AUMENTO DO CAPITAL	586 709
<b>TOTAL DOS ACTIVOS</b>	<u>4 578 698</u>	<u>1 771 426</u>	<u>2 807 272</u>		

## 03 - Critérios Contabilísticos e Valorimétricos

### a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações efectuadas, dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

#### **b) Imobilizações corpóreas**

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores que resultaram do processo de reestruturação da EDP - S.A. em referência a 1 de Janeiro de 1994 e ao custo de aquisição ou construção para os bens adquiridos posteriormente, líquidos das amortizações acumuladas.

As imobilizações corpóreas incluem encargos financeiros e diferenças de câmbio capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, e encargos de estrutura, como indicado nas alíneas e) e f) desta mesma nota.

As imobilizações adquiridas mediante contratos de locação financeira, bem como as respectivas responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, pelo que o correspondente valor e as responsabilidades estão reconhecidas no balanço. Consequentemente, as amortizações destes bens e os juros incluídos no valor das rendas são registados na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas, segundo uma tabela aprovada por despacho governamental, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros e os encargos de estrutura imputados às imobilizações são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

Os imobilizados participados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em Proveitos e Ganhos Extraordinários pela amortização das participações (registadas em Acréscimos e Diferimentos - Subsídios ao Investimento) efectuada de forma semelhante à amortização do imobilizado subsidiado.

As despesas de reparação e manutenção correntes do imobilizado são consideradas como custos do exercício em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos e transferidas para resultados durante um período máximo de 6 anos (nota 48.a.i).

#### **c) Existências**

São valorizadas ao custo de aquisição, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio do artigo em armazém.

#### **d) Dívidas de e a terceiros em moeda estrangeira**

As transacções expressas em moeda estrangeira são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações.

No final do exercício os saldos a pagar e a receber em moeda estrangeira são actualizados aos câmbios oficiais em vigor na data do Balanço (nota 04), sendo as respectivas diferenças cambiais contabilizadas nos termos indicados na alínea e) desta nota.

#### **e) Encargos financeiros**

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes dos empréstimos contraídos para financiamento do imobilizado em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a imobilizações em curso, sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (nota 11).

#### **f) Encargos de estrutura**

Os encargos gerais de estrutura da Empresa são repartidos entre o investimento e a exploração em função de determinadas proporções pré-estabelecidas, sendo a parte referente ao investimento posteriormente imputada aos diversos empreendimentos em curso.

#### **g) Benefícios sociais a trabalhadores**

Os custos relativos aos planos de complemento de pensões de reforma e assistência médica aos reformados são contabilizados de acordo com o disposto no IAS 19, sendo que os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos utilizando o método do corredor, derogando assim o disposto na Directriz Contabilística nº 19.

#### **h) Férias e subsídios de férias**

No final de cada exercício a Empresa regista, em Acréscimos e Diferimentos – Acréscimos de custos, o montante de encargos com férias e subsídios de férias já vencidos, mas cujo pagamento só é devido no exercício seguinte.

#### **i) Regulação**

A actividade da Empresa enquadra-se no âmbito das actividades reguladas, cujas tarifas e preços são determinados de modo a permitirem a recuperação dos custos

necessários para providenciarem os serviços regulados e a remuneração dos capitais aplicados.

A regularização, em tarifas futuras, dos ajustamentos provenientes de eventuais excessos ou insuficiências da referida recuperação (desvios tarifários), torna necessária a criação de métodos que permitam registar a periodificação daqueles excessos ou insuficiências.

Nesse sentido, os excessos ou insuficiências apurados no exercício, relativamente aos valores aprovados pela ERSE, encontram-se escriturados em “Acréscimos e Diferimentos”.

A REN, no âmbito da aplicação do critério contabilístico dos desvios tarifários, vem considerando, desde o exercício de 1999, que todos os terrenos afectos aos centros electroprodutores têm remuneração concomitante com o rendimento que os mesmos capitais teriam em outra aplicação financeira.

O Decreto-Lei n.º 198/2003, de 2 de Setembro, veio consagrar as regras que permitem à REN vender ou arrendar aos actuais produtores do Serviço Eléctrico Nacional os terrenos que integram os sítios onde se encontram instalados os centros produtores, desde que não integrem o domínio público hídrico. Os terrenos que integram o domínio público hídrico mantêm-se na posse da REN, sendo-lhe garantida uma remuneração anual.

A Portaria n.º 96/2004, de 23 de Janeiro, estabeleceu os métodos e os critérios de fixação do valor de aquisição ou de arrendamento dos referidos terrenos que não integram o domínio público hídrico, assim como da remuneração anual dos que integram aquele domínio, estabelecendo que “para efeitos de compensação do desvio tarifário ocorrido entre 1999 e 2003 a remuneração anual deve ser calculada à taxa de 6,5 pontos percentuais” .

O Decreto-Lei nº 153/2004, de 30 de Junho, que estabelece a forma de titulação da propriedade e da posse dos terrenos correspondentes ao sítio dos centros electroprodutores hidro e termoeléctricos, regulamenta (artigo 4º) a “imputação dos preços de aquisição dos terrenos”, reconhecendo a compensação do valor dos desvios tarifários verificados entre 1999 e o ano da venda dos mesmos e reitera o direito à remuneração relativamente aos terrenos do domínio público hídrico.

O Decreto-lei n.º 29/2006, de 15 de Fevereiro, estabeleceu as bases gerais da organização e funcionamento do SEN, bem como as bases gerais aplicáveis ao exercício das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade e à organização dos mercados de electricidade, determinou o fim da



limitação legal máxima de crescimento do tarifário para os consumidores em baixa tensão igual à taxa de inflação prevista.

A limitação legal atrás citada originou um défice tarifário a recuperar em anos futuros.

O Decreto-Lei n.º 237-B/2006, de 18 de Dezembro, veio definir as regras aplicáveis à recuperação do défice tarifário e, também, regular o regime aplicável aos ajustamentos tarifários apurados em cada ano. Este Decreto-Lei permite ainda a transmissibilidade a terceiros do direito ao recebimento do défice tarifário e dos ajustamentos tarifários.

#### **j) Correção de hidraulicidade**

A correção de hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei n.º 338/91 e Portaria 987/2000) de compensação dos custos variáveis da produção de energia eléctrica.

Em anos secos o sistema termoeléctrico é sobreutilizado e os gastos de combustíveis ou a importação de electricidade aumentam significativamente. Em anos húmidos a situação inverte-se.

As tarifas de venda são calculadas tendo em conta os custos de produção de um ano em condições hidrológicas médias.

Assim, neste contexto e para evitar distorções de grande significado nos resultados, os encargos com aquisição de energia, contabilizados na Demonstração dos Resultados, são corrigidos, positiva ou negativamente, em função da hidraulicidade.

Atendendo ao anteriormente referido, o valor anual da correção de hidraulicidade, custo ou proveito, é constituído pelo diferencial entre o custo económico de produção de energia eléctrica e o custo económico de referência.

#### **k) Participações em filiais e associadas**

As participações em filiais e associadas estão relevadas pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, as quotas partes dos resultados verificados em filiais e associadas, proporcionais às participações detidas, são incluídos na demonstração dos resultados e as quotas partes dos seus patrimónios líquidos, considerando quaisquer acréscimos implícitos provenientes de valores de ajustamentos de justos valores e de trespasses, são reflectidas no balanço. Estes valores são apurados a partir das demonstrações financeiras aprovadas das filiais e associadas respectivas, ou, na falta das mesmas, com base nas melhores estimativas possíveis, as quais têm como data de referência a do ano financeiro da Empresa.

## **l) Impostos sobre o rendimento**

Os montantes a liquidar de imposto sobre o rendimento do exercício são determinados com base no resultado líquido, ajustado em conformidade com a legislação fiscal. São reconhecidos os efeitos das diferenças temporais subjacentes aos activos e passivos relevados no balanço, no cômputo do encargo global de imposto sobre o rendimento do exercício.

## **m) Demonstração dos resultados por funções**

A rubrica de “Custo das vendas e das prestações de serviços” é composta pelo somatório dos seguintes custos:

- da actividade de aquisição de electricidade;
- da actividade de gestão do sistema;
- da actividade de operação e manutenção da RNT.

Nos “Outros custos e perdas operacionais” estão contidos, nomeadamente, os seguintes custos:

- associados à gestão dos terrenos dos centros electroprodutores;
- de planeamento;
- da ERSE.

## **04 - Câmbios Utilizados**

As cotações cambiais utilizadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira, existentes à data do Balanço, são originárias do Banco de Portugal e datadas de 29-06-2007. Destacam-se, no mapa a seguir, as cotações respeitantes às moedas utilizadas em transacções da REN durante o ano de 2007;

USD	1,7502
CHF	1,6553
GBP	0,6740
SEK	9,2525
NOK	7,9725
DKK	7,4422

## **06 - Imposto sobre o Rendimento**

O imposto sobre o rendimento do exercício findo em 30 de Junho de 2007 tem a seguinte composição:

Imposto corrente do exercício	(13)
Impostos diferidos	0
<b>Total (proveito) custo</b>	<b>(13)</b>

A reconciliação do custo de imposto pode ser resumida como segue:

Resultado antes de imposto	51 059	
Diferenças permanentes	(51 107)	
	(48)	
Imposto esperado à taxa de 26,5%		(13)
Liquidação autónoma		
<b>Custo de imposto</b>		<b>(13)</b>

No exercício findo em 30 de Junho de 2007, o movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos foi o seguinte:

	2007	2006	Transferido
<b>Impostos Diferidos Activos</b>			
Passivos não aceites fiscalmente			
Provisões para actos médicos		3 805	(3 805)
Provisão para processos judiciais em curso		1 341	(1 341)
Provisão para outros benefícios		2 551	(2 551)
Outras Provisões	5 388	5 388	
Outros passivos			
	5 388	13 085	(7 697)
<b>Impostos Diferidos Passivos</b>			
Diferença Tarifária		172 316	(172 316)
Plano de Pensões		7 366	(7 366)

Reavaliações de Imobilizado	37 189	(37 189)
	216 871	(216 871)
Encargo do ano por impostos diferidos		

Não houve encargo por impostos diferidos no período, por estes terem sido transferidos para a REN- Rede Eléctrica Nacional, S.A..

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. O último ano considerado como liquidado definitivamente pela Administração Fiscal reporta-se a 2003.

A Empresa considera que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais das declarações do imposto apresentadas em 2004 e 2005 não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2007.

#### **07 - Pessoal ao Serviço da Empresa**

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício de 2006 foi de 597 empregados, não existindo assalariados. Em 30 de Junho de 2007 tem apenas dois trabalhadores ao serviço.

#### **08 – Imobilizações Incorpóreas**

A rubrica Despesas de Instalação inclui exclusivamente as despesas originadas com a constituição da Empresa.

Na rubrica “Propriedade Industrial e Outros Direitos” encontra-se contabilizado o valor dos direitos de utilização de espaços de estacionamento, por 50 anos, na Fábrica Igreja Paroquial S. Joana Princesa.

#### **10 – Movimentos no Activo Imobilizado**

##### **a) Activo bruto**

Rubricas	Saldo inicial	Aquisição	MEP	Transferido para Rede Electrica	Saldo final
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>					
Despesas de instalação	32			(32)	
Propriedade industrial e outros direitos	87			(87)	
<b>TOTAL (1)</b>	<b>119</b>			<b>(119)</b>	
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>					
Terrenos e Recursos Naturais	1 921			(1 921)	
Edifícios e Outras Construções	52 555			(52 555)	
Equipamento Básico	3 314 841			(3 314 841)	
Imobilizado Técnico Especifico	3 304 877			(3 304 877)	
Terrenos de Centros Electroproduto	891 718			(891 718)	
Transporte de Electricidade	2 216 975			(2 216 975)	
Subestações	1 118 305			(1 118 305)	
Linhas	1 095 785			(1 095 785)	
Equipamentos diversos	2 885			(2 885)	
Gestão do Sistema	47 691			(47 691)	
Equipamentos Acessórios	148 493			(148 493)	
Outro Equipamento Básico	9 964			(9 964)	
Equipamento de Transporte	1 301			(1 301)	
Ferramentas e Utensílios	2 269			(2 269)	
Equipamento Administrativo - Informáti	12 826			(12 826)	
Equipamento Administrativo - resto	5 595	40		(5 595)	40
Outras imobilizações corpóreas	570			(570)	
<b>SUBTOTAL( 2.1)</b>	<b>3 391 877</b>	<b>40</b>		<b>(3 391 877)</b>	<b>40</b>
Imobilizado em Regime de Leasing					
Equipamento de Transporte	2 757			(2 757)	
Equipamento Informático	1 389			(1 389)	
<b>SUBTOTAL( 2.2)</b>	<b>4 146</b>			<b>(4 146)</b>	
<b>IMOBILIZADO EM CURSO</b>					
Edifícios e Outras Construções					
Equipamento Básico	134 492			(134 492)	
Transporte de Electricidade	127 896			(127 896)	
Subestações	94 829			(94 829)	
Linhas	33 067			(33 067)	
Gestão do Sistema	69			(69)	
Equipamentos Acessórios	6 527			(6 527)	
Estudos e Projectos	1 493			(1 493)	
Sistemas Informáticos	1 493			(1 493)	
<b>SUBTOTAL( 2.3)</b>	<b>135 985</b>			<b>(135 985)</b>	
<b>TOTAL( 2)</b>	<b>3 532 008</b>	<b>40</b>	<b>0</b>	<b>(3 532 008)</b>	<b>40</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>					
Rentelecom-Comunicações SA	641		39		680
OMIP-Operador do Mercado Ibérico de	4 460		201		4 661
REN - Gasodutos, S.A.	409 453		12 883		422 336
REN - Armazenagem, S.A.	77 452		2 216		79 668
REN - Atlântico, Terminal de GNL, S.A	19 941		4 418		24 359
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	50		618 029		618 079
REN - Trading			35		35
REN - Serviços, S.A.			49		49
<b>TOTAL( 3)</b>	<b>511 997</b>	<b>0</b>	<b>637 870</b>	<b>0</b>	<b>1 149 867</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4 044 124</b>	<b>40</b>	<b>637 870</b>	<b>(3 532 127)</b>	<b>1 149 907</b>

## b) Amortizações e ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Transferido para Rede Eléctrica	Saldo final
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>				
Despesas de instalação	32		(32)	
Propriedade industrial e outros direitos	10		(10)	
<b>TOTAL (1)</b>	<b>42</b>		<b>(42)</b>	
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>				
Edifícios e Outras Construções	23 072		(23 072)	
Equipamento Básico	1 728 126		(1 728 126)	
Equipamento Técnico Específico	1 718 236		(1 718 236)	
Terrenos de Centros Electroprodutores	490 815		(490 815)	
Transporte de Electricidade	1 093 138		(1 093 138)	
Subestações	565 748		(565 748)	
Linhas	525 324		(525 324)	
Equipamento diverso	2 066		(2 066)	
Gestão do Sistema	40 452		(40 452)	
Equipamentos acessórios	93 831		(93 831)	
Outro Equipamento Básico	9 890		(9 890)	
Equipamento de Transporte	1 301		(1 301)	
Ferramentas e Utensílios	1 882		(1 882)	
Equipamento Administrativo - Informático	10 911		(10 911)	
Equipamento Administrativo - resto	3 535		(3 535)	
Outras Imobilizações Corpóreas	35		(35)	
<b>SUBTOTAL( 2.1)</b>	<b>1 768 862</b>		<b>(1 768 862)</b>	
<b>IMOBILIZADO EM REGIME DE LEASING</b>				
Equipamento de Transporte	1 174		(1 174)	
Eq Informático Leasing - Equipamento Central I	520		(520)	
<b>SUBTOTAL( 2.2)</b>	<b>1 694</b>		<b>(1 694)</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1 770 598</b>		<b>(1 770 598)</b>	

#### 14 - Outras Informações Relativas às Imobilizações

a) No que respeita à sua localização e afectação (valores líquidos) as imobilizações corpóreas, incluindo as imobilizações em curso, apresentam-se da seguinte forma:

Rubricas	2007	2006
<b>Afectas ao Transporte de Energia Eléctrica</b>		
Subestações		647 387
Linhas		603 528
Acessórias		61 189
Outros		819
<b>Afectas à Gestão Global do Sistema</b>		
Gestor do Sistema (Despacho)		4 580
Sistema Informação do Mercado de Energia		2 728
Terrenos de Centrais Térmicas		58
Terrenos de Centrais Hídricas		400 844
Imobilizado Não Específico	40	40 318
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>1 761 451</b>

No que respeita aos custos financeiros nelas capitalizados no exercício:

Rubrica	2007	2006
---------	------	------

Subestações	1 236
Linhas	611
Telecomunicações	4
Gestor do Sistema	
Outros	6
<b>Total</b>	<b>1 857</b>

## 15 - Imobilizações Corpóreas em Regime de Locação Financeira

São os seguintes os bens utilizados no regime de locação financeira:

Equipamento	2007	2006
Equipamento de Transporte		
Valor bruto		2 756
Amortizações acumuladas		1 174
Equipamento Informático		
Valor bruto		1 389
Amortizações acumuladas		521
<b>Valor Líquido</b>		<b>2 450</b>

## 16 - Investimentos Financeiros

Empresas do Grupo:

Firma e sede	Capital detido %	Capital próprio	Resultado do período	
			Ano	Valor
RENTELECOM- Comunicações, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55-Lisboa	100,0	680	2007	38
OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia ( Pólo Português), S.A. Av. Estados Unidos da América, 55-Lisboa	90,0	5 179	2007	258
REN – Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116 – V.de REI -Bucelas	100,0	422 336	2007	12 883
REN – Armazenagem, S.A. Mata do Urso, Guarda Norte – Carriço - Pombal	100,0	79 668	2007	2 216
REN – Atlântico, Terminal de GNL, S.A. SINES – Terminal de GNL - Apartado 268	100,0	24 359	2007	4 418
REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55-Lisboa	100,0	618 079	2007	31 320
REN- Trading, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55-Lisboa	100,0	35	2007	(15)
REN – Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55-Lisboa	100,0	49	2007	(1)

Os investimentos financeiros em partes de capital em empresas do Grupo estão contabilizados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial.

### 23 - Dívidas de Cobrança Duvidosa

Designação	2007	2006
Cientes de cobrança duvidosa		
Outros Devedores de Cobrança Duvidosa		828
Total		828

### 25 - Dívidas de e ao Pessoal

O valor das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da Empresa é o seguinte:

Designação	2007	2006
Valor a receber - (Abonos para deslocações, empréstimos EUP e adiantamentos)		29

### 31 - Compromissos Financeiros

#### Pensões de reforma e Assistência médica

A Empresa concede complementos de pensões de reforma e sobrevivência e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no activo, um plano de assistência médica.

Para cobertura dos complementos de pensões, a REN contribui para um Fundo de Pensões Autónomo, mantido conjuntamente com o Grupo EDP, para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respectivos encargos, que se forem vencendo em cada um dos exercícios.

As responsabilidades referentes à assistência médica não se encontram fundeadas, estando cobertas por provisão específica.

Ambos os planos são contabilizados de acordo com as normas do IAS 19 reconhecendo-se as perdas e ganhos actuariais pelo método do corredor.

Os trabalhadores que satisfaçam determinadas condições de idade e antiguidade pré - definidas e que optem por passar à situação de reforma antecipada, assim como aqueles que acordem com a Empresa a passagem à pré - reforma, são igualmente incluídos nos planos.

As responsabilidades e os correspondentes custos anuais são determinados através de cálculos actuariais anuais, utilizando o método de crédito da unidade projectada,



por actuário independente, baseados em pressupostos que reflectem as condições demográficas da população coberta pelo plano e as condições económicas e financeiras prevalentes no momento dos cálculos.

No período não foram reconhecidos custos operacionais dada a transferência das responsabilidades para a REN- Rede Eléctrica Nacional, S.A.

#### a) Benefícios de reforma

As tabelas seguintes decompõem as variações ocorridas nas responsabilidades e nos activos do Fundo de Pensões:

#### Variação das responsabilidades

Descrição	2007	2006
Responsabilidade no início do período		48 794
Custo de serviço e juro		2 542
(Ganhos)/Perdas actuariais		254
Benefícios pagos		(4 673)
Responsabilidades no fim do período		46 917

#### Variação nos activos do Fundo

Descrição	2007	2006
Justo valor dos activos no início do período		35 415
Retorno dos activos		2 656
Ganhos/(Perdas) actuariais		3 310
Benefícios pagos		(1 477)
Contribuições da REN		1 802
Justo valor dos activos no fim do período		41 707

#### Insuficiência na cobertura do Fundo

Descrição	2007	2006
No início do período		13 379
No final do período		5 210

#### Perdas actuariais e custo de serviços passados não reconhecidos

Descrição	2007	2006
No início do período		37 977
Amortização		(1 913)
(Ganhos)/Perdas – responsabilidades		254
Ganhos/(Perdas) dos activos		(3 310)
No fim do período		33 008

## Valores reconhecidos no Activo

Descrição	2007	2006
No início do período		24 598
No fim do período		27 798

### b) Cuidados médicos

As tabelas seguintes decompõem as variações ocorridas nas responsabilidades:

#### Variação das responsabilidades

Descrição	2007	2006
Responsabilidades no início do período		23 599
Custo de serviço e juro		1 445
Benefícios pagos		(645)
Mútua		100
Subsídio de funeral		
(Ganhos)/Perdas actuariais		(1521)
Responsabilidades no fim do período		22 978

#### Perdas actuariais não reconhecidas

Descrição	2007	2006
No início do período		10 741
Amortização		(599)
(Ganhos)/perdas - responsabilidades		(1 521)
No fim do período		8 621

#### Responsabilidades registadas nas contas (Passivo)

Descrição	2007	2006
No início do período		12 858
No fim do período		14 357

### c) Outros benefícios

#### variação das responsabilidades

Descrição	2007	2006
Responsabilidades no início do período		9 376
Custo de serviço e juro		585
Benefícios pagos		(333)
(Ganhos)/Perdas actuariais		(478)
Responsabilidades no fim do período		9 150

### Perdas actuariais não reconhecidas

Descrição	2007	2006
No início do período		
Amortização		
(Ganhos)/perdas - responsabilidades		(478)
No fim do período		(478)

### Responsabilidades registadas nas contas (Passivo)

Descrição	2007	2006
No início do período		9 376
No fim do período		9 628

#### d) Principais pressupostos utilizados nos estudos actuariais reportados a 31 de Dezembro de 2006

	2007	2006
- Taxa anual de desconto		4,50%
- Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada		10,00%
- Taxa anual de crescimento dos salários		3,30%
- Taxa anual de crescimento das pensões		2,25%
- Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social		2,00%
- Taxa de inflação		2,00%
- Taxa anual de crescimento de custos com saúde (durante 6 anos)		4,50%
- Taxa anual de crescimento de custos com saúde (após o período de 6 anos)		4,00%
- Despesas de gestão ( por funcionário /ano)		€ 233
- Taxa de crescimento das despesas de gestão – até 2007		4,50%
- Taxa de crescimento das despesas de gestão – após 2007		2,70%
- Taxa de rendimento ( para o ano seguinte)		5,37%
- Tábua de mortalidade		TV 88/90

#### 34 - Movimento de Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Transferido	Saldo Final
Provisão para processos judiciais em curso	5 061		5 061	
Provisão para actos médicos	14 357		14 357	
Provisão para outros benef. dos trabalhadores	9 628		9 628	
Provisão para outros encargos	40 670			40 670
Total	69 716		29 046	40 670

A 30 de Junho de 2007, os montantes provisionados referem-se ao processo de arbitragem com a Amorim Energia, BV relativamente aos dividendos

recebidos da GALP anteriormente à alienação da participação na GALP, pela REN, SA à Amorim Energia, BV.

As provisões para processos judiciais em curso, actos médicos e outros benefícios foram transferidas para a REN -Rede Eléctrica Nacional, S.A..

### 36 - Capital – N.º de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 534 000 000 acções escriturais nominativas de 1 euros cada, encontrando-se totalmente realizado.

### 40 - Movimento de Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	534 000			534 000
Ajustes de partes de capital em filiais e associadas	389			389
Reservas:				
Reserva Legal	33 634	27 503		61 137
Reservas Livres		83 993		83 993
Resultados Transitados		550051	297 232	252 819
Resultado Líquido do Exercício	550 051	51 072	550 051	51 072
Dividendos antecipados	-87000	87 000		
<b>TOTAL</b>	<b>1 031 074</b>	<b>799 619</b>	<b>847283</b>	<b>983 410</b>

a) A Reserva Legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei pelo que, no mínimo, 5% dos lucros a apropriar destinam-se à sua dotação. Em 1994 a dotação efectuada foi de 10%, e nos anos de 1995 a 2007 de 5%. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

c) O movimento, no exercício, dos Resultados Transitados foi o seguinte:

Saldo Inicial		0
Transferência do Resultado do Exercício de 2006		550 051
Por aplicação em:		
Reserva Legal	(27 503)	
Reservas Livres		
Dividendos	(83 993)	
Distribuição de Resultados aos Trabalhadores	(1 736)	
Dividendos antecipados	(87 000)	
Dividendos	(97 000)	(297 232)
<b>Saldo final</b>		<b>252 819</b>

### 43 - Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais foram as seguintes:

	2007	2006
Conselho de Administração Mesa da Assembleia Geral	241	561
Total	241	561

### 44 - Vendas e Prestações de Serviços

Os valores evidenciados na Demonstração dos Resultados repartem-se, por actividades e por mercados (interno/externo), da seguinte forma:

Rubricas	2007	2006
a) Vendas		1 478 176
de Energia Eléctrica		1 478 176
Mercado Interno		1 423 634
Mercado Externo		54 542
b) Prestação de Serviços		405
Mercado Interno		
de Electricidade		185
da Rede de Telecomunicações de Segurança		131
de Outros		89
Total		1 478 581

### 45 - Demonstração dos Resultados Financeiros

CUSTOS E PERDAS	2007	2006	PROVEITOS E GANHOS	2007	2006
Juros Suportados		18 848	Juros Obtidos	679	39
Perdas em Empresas do Grupo	16	80	Ganhos em Empresas do Grupo	51 107	21
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis		1	Rendimentos de Partic. de Capital		40 670
Outros Custos e Perdas Financeiras		448	Rendimento de Imóveis		152
Resultados Financeiros	51 770	21 512	Diferenças de Câmbio Favoráveis		1
			Descontos Pronto Pagam. Obtidos		6
			Outros Proveitos e Ganhos Financeiros		
			Resultados Financeiros		
Total	51 786	40 889	Total	51 786	40 889

#### 46 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

CUSTOS E PERDAS	2007	2006	PROVEITOS E GANHOS	2007	2006
Donativos	50	377	Ganhos em Imobilizações		30
Dívidas Incobráveis			Benefícios de Penalidades Contratuais		
Perdas em Existências			Reduções de Provisões		
Perdas em Imobilizações		20	Correcções Relativas a Exercícios Anteriores		581
Multas e Penalidades		31	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	313	2 559
Aumento de Amortizações					
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores		54			
Outros Custos e Perdas Extraordinários		729			
Resultados Extraordinários	263	1 959			
Total	313	3 170	Total	313	3 170

**a) A rubrica de Outros Custos e Perdas Extraordinários inclui os seguintes valores:**

Designação	2007	2006
Desmontagem de linhas		
Desmantelamento de centros electroprodutores		169
Insuficiência de estimativa de imposto		496
Indemnizações por despedimento		
Outros ( anulação de Iva não reembolsado)		63
Total		729

**b) A rubrica de Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários inclui os seguintes montantes:**

Designação	2007	2006
Subsídios para investimento		2 154
Venda de sucatas		
Venda de equipamentos provenientes do descom. de centros electrodutores		
Regularização de participação ao investimento		

Outros ( anulação de créditos )		405
Excesso de estimativa de imposto	313	
<b>Total</b>	<b>313</b>	<b>2 559</b>

#### 48 - Outras Informações

##### a) Acréscimos e diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 30 de Junho:

##### **Acréscimos de Proveitos**

Rubricas	2007	2006
Diferença tarifária - 2005		154 173
Diferença tarifária - 2006		232 511
Défice tarifário		263 566
Plano de Pensões		27 797
Outros acréscimos de proveitos (energia e serviços fornecidos e não facturados no exercício)		10 074
Juros de empréstimos concedidos c.p.	734	
<b>Total</b>	<b>734</b>	<b>688 121</b>

##### **Custos Diferidos**

Rubricas	2007	2006
Impostos diferidos activos	5 388	13 086
Reparações e beneficiações do imobilizado		1 081
Juros e outros encargos de empréstimos		3 846
Outros custos diferidos (rendas, alugueres, assinaturas, quotizações)		134
<b>Total</b>	<b>5 388</b>	<b>18 147</b>

i) Os movimentos na rubrica Reparações e Beneficiações de Imobilizado foram os seguintes:

Designação	2007	2006
Saldo inicial		1 760
Acréscimos do exercício		
Transferências para resultados		-680
<b>Total</b>		<b>1 081</b>

##### **Acréscimos de Custos**

Rubricas	2007	2006
Férias e subsídios de férias		3 545
Juros e encargos a liquidar		6
Outros acréscimos de custos		41 290
<b>Total</b>		<b>44 841</b>

### Proveitos Diferidos

Rubricas	2007	2006
Subsídios para investimento		107 792
Direitos de superfície da Central a gás da Tapada do Outeiro		1 797
Benefícios de potência térmica		3 616
Impostos diferidos		216 871
Outros – Diferença de aquisição da participação na REN-Atlântico	6 351	6 351
Outros – Facturação antecipada de trabalhos a realizar		171
<b>Total</b>	<b>6 351</b>	<b>336 598</b>

- i) As rubricas de Subsídios para Investimento, de Direitos de Superfície e de Benefícios de Potência Térmica apresentam os saldos acumulados dos valores recebidos, deduzidos das amortizações anuais.

### b) Outros Devedores e Outros Credores - Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 30 de Junho:

Outros Devedores	2007	2006
Adiantamentos ao pessoal		29
Consultores, assessores e intermediários		1
Operações diversas com terceiros		55 971
<b>Total</b>		<b>56 001</b>

Outros Credores	2007	2006
Sindicatos		6
Credores por subscrição não liberada	100	50
Credores diversos	142 936	6 743
<b>Total</b>	<b>143 036</b>	<b>6 799</b>



### c) Trabalhos para a própria Empresa

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

Rubricas	2007	2006
Consumos de materiais		1
Encargos directos internos...(nota 03.f)		3 797
Encargos de estrutura.....(nota 03.f)		1 328
Encargos financeiros.....(nota 03.e)		1 857
Total		6 983

### d) Estado e outros entes públicos

Decomposição dos valores evidenciados no Balanço em 30 de Junho:

	2007	2006
Saldos Credores	406	48 691
IRC		44 281
Retenção de impostos sobre o rendimento	391	3 880
Contribuições para a segurança social	15	530
Saldos Devedores	117	24 817
IRC	13	
IVA	104	24 817

### e) Outros Devedores e Outros Credores - Médio e Longo Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

Designação	2007	2006
Outros Devedores		
Cauções prestadas de serviços médicos - SÃVIDA		155
Total		155
Outros Credores		
Cauções recebidas		990
Total		990

## f) Inventário de participações financeiras

unidade: mil euros

<b>Empresas do Grupo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Nominal €</b>	<b>Valor Unitário ajustado</b>	<b>Valor</b>	<b>% de capital detido</b>
RENTELECOM – Comunicações, S.A.	20 000	5	33,980	679 601	100
OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.A.	200 000	10	25,900	5 179 052	90
REN – Gasodutos, S.A.	404 931 169	1	1,043	422 336 013	100
REN – Armazenagem, S.A.	76 385 561	1	1,043	79 667 720	100
REN - Atlântico	13 000 000	1	1,874	24 359 041	100
REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A..	586 758 994	1	1,054	618 079 001	100
REN- Trading, S.A.	50 000	1	0,700	35 037	100
REN – Serviços, S.A.	50 000	1	0,982	49 124	100

## g) Relações com os accionistas no exercício

A REN mantém com a Caixa Geral de Depósitos um contrato de um programa de papel comercial no valor de 580 milhões de euros.

## Eventos subsequentes

### a) Processo arbitral relativo aos dividendos da GALP

O processo arbitral n.º 16/2006/INS/AVS, que opunha a Amorim Energia, BV à REN, e para o qual foi criada uma provisão nas contas da REN no valor de 40 670 milhares de euros, foi decidido pelo tribunal arbitral constituído junto do Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa / Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa no dia 15 de Junho de 2007, tendo o acórdão daquele tribunal arbitral

absolvido a REN dos pedidos formulados pela demandante Amorim Energia, BV. A decisão do tribunal arbitral não é susceptível de recurso mas pode ser, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto, impugnada mediante acção de anulação intentada junto do tribunal judicial competente, caso se verifiquem os fundamentos previstos na aludida disposição legal, acção que deve, em todo o caso, ser intentada no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da decisão arbitral às partes.

Para os devidos efeitos, aguardou-se o decurso do prazo legal de 30 dias pelo que a REN não tinha a 30 de Junho de 2007 procedido a reversão da provisão.

#### b) Dispersão do capital em bolsa

Em 9 de Julho foi feita a dispersão, em bolsa, de parte do capital social da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, tendo sido alienadas 128 160 000 acções pelos accionistas Parpública e EDP.

A Parpública- Participações Públicas (SGPS) S.A. alienou 101 460 000 acções passando a deter 165 545 340 acções correspondentes a 31% do capital da REN.

A EDP- Energias de Portugal, S.A, vendeu 26 700 000 acções passando a deter apenas 5% do capital da REN.

#### C) Cessaçao dos PPA's

O DL 240/2004 de 27 de Dezembro estabeleceu as disposições aplicáveis à cessaçao antecipada dos contratos de aquisiçao de energia (CAE), tendo sido alterado posteriormente pelos DL 29/2006 de 15 de Fevereiro e 172/2006 de 23 de Agosto e DL 199/2007 de 18 de Maio e mais recentemente pelo DL 264/2007 de 24 de Julho que estabeleceu a data de 1 de Julho para a cessaçao antecipada dos CAE.

A partir de 1 de Julho dos CAE existentes apenas se mantem os relativos à Central da Tapada do Outeiro (Turbogás) e à Central do Pego ( Tejo Energia).

d) A Portaria 481/2007 de 19 de Abril estabelece que a remuneraçao dos terrenos dos centros electroprodutores passará, a partir de 1 de Julho será calculado à taxa de variaçao média dos últimos 12 meses do Índice de preços no consumidor, publicada pelo INE relativamente ao mês de Setembro do ano anterior ao da amortizaçao legal dos terrenos em causa. A remuneraçao actual daqueles bens é calculada pela aplicaçao da taxa de swap interbancária referida ao 1º dia do ano acrescida de 50 pontos base.